



Jornal FNE Edição 73 – Jun/08

Nesta edição, Engenheiro traz relatos de boas iniciativas e debates com potencial para gerar soluções importantes. Em matéria de capa, os seminários “Cresce Brasil” realizados em Teresina e São Luís, nos dias 19 e 20 de maio respectivamente, colocaram em discussão as questões urbanas que afligem a população, especialmente a mais pobre. Porém, mais importante, apontaram caminhos para reverter a atual situação. Na capital piauiense, a criação do Conselho Tecnológico Regional significará um reforço na busca de saídas para as questões de saneamento e transporte. No Maranhão, os projetos previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), já em andamento, devem melhorar a vida de milhares de pessoas, sujeitas a moradias precárias e insalubridade.

Ainda no interesse do cidadão, o Seesp enviou à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) sugestões para que o serviço público de distribuição de energia elétrica respeite os direitos do consumidor, evitando abusos por parte das empresas.

Em entrevista, o secretário Nacional das Relações de Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros Neto, fala sobre as regras para o registro de entidades sindicais, que ficaram mais claras a partir da Portaria 186. O primeiro centro de treinamento para projetistas de circuito integrado está em C&T, anunciando um importante avanço para o Brasil. E ainda, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O Brasil acordou. Voltamos a acreditar que é possível crescer e encontrar os rumos corretos do nosso desenvolvimento, levando em conta as dimensões social, humana, tecnológica e ambiental. Esse processo, dentro de um regime democrático, abre espaços para grandes discussões envolvendo os diversos setores da sociedade, que procuram entender qual o seu papel. Nesse sentido, um amplo espaço de debates está sendo propiciado pela FNE e seus sindicatos filiados de quase todo o País nos diversos seminários que, em várias regiões do Brasil, reúnem profissionais técnicos, autoridades e representantes de inúmeros segmentos.

Estamos discutindo o Brasil, seus municípios, capitais e regiões metropolitanas, na perspectiva de conhecermos seus problemas e, acima de tudo, suas potencialidades, pois desse entendimento formaremos opiniões firmes e acertadas sobre que destinos tomar, em curto, médio e longo prazo, na escalada de um desenvolvimento sólido e moderno.

Neste momento em que as expectativas apontam para o bom desempenho do País, a área tecnológica ganha destaque. Inicia-se uma fase de largo entendimento sobre a importância dos profissionais da engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia, meteorologia, assim como técnicos e tecnólogos como pilares em qualquer atividade produtiva ou de infraestrutura, as quais formam a base de sustentação do desenvolvimento em qualquer parte. A demanda crescente por profissionais qualificados é uma realidade. Hoje, ao contrário do que ocorreu durante aproximadamente 25 anos, nossa luta deve incluir a identificação das oportunidades de trabalho e dos profissionais aptos a exercerem tais funções, além da capacitação que o mercado requer.

A fase atual também nos remete a uma reflexão sobre nossa postura como profissionais impulsionadores de ações no campo da ciência e tecnologia e nossa organização dentro do Sistema Confea/Creas, da FNE e dos nossos sindicatos. Podemos colaborar de forma concreta, participando ativamente dos movimentos de modernização e inovação administrativa que vêm sendo propostos pelos candidatos à presidência do Confea e dos Creas para o período 2009-2011 de várias regiões do Brasil. A concretização da valorização dos profissionais da área tecnológica está em pleno crescimento. O momento é propício e todas as condições são favoráveis, dependendo muito de nossa atitude e de nossa demonstração de representatividade nas discussões de interesse do povo brasileiro, do engajamento aos espaços democráticos e, principalmente, da participação em todas as entidades que nos representam. Podemos e devemos exercer a nossa cidadania, indo às urnas e votando no dia 4 de junho para presidente do Confea/Crea/Mútua. Nosso voto fará a diferença.

Eng. Thereza Neumann Santos de Freitas é presidente do Senge-CE

CONSUMIDOR

Retrocesso. Assim é considerada pelos órgãos de defesa do consumidor a proposta da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para atualização da Resolução 456/2000. Tal norma estabelece as condições gerais de fornecimento de energia e rege as relações entre os usuários e as distribuidoras. Esses organismos, assim como o Seesp, expuseram suas preocupações em audiências públicas realizadas nos meses de abril e maio em cinco capitais do Brasil: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Belém (PA), Salvador (BA) e Brasília (DF). E enviaram suas contribuições ao aperfeiçoamento do texto sugerido.

Para o sindicato, não obstante a proposta tenha como ponto positivo a “exigência de estrutura mínima de atendimento das concessionárias por meio de postos fixos”, os reveses ao direito do consumidor – já tão desrespeitado – não são poucos. Em especial, causou-lhe apreensão o fato de não ter sido sequer mencionado na minuta de resolução o CDC (Código de Defesa do Consumidor). A entidade aponta em suas sugestões à agência “a necessidade de enfatizar sua aplicabilidade. A condição de desigualdade entre concessionária e consumidor é gritante, talvez mais nesse do que em outros setores. O elétrico envolve conhecimentos técnicos que a grande maioria da população desconhece. É um grande equívoco concluir que o CDC atrapalha, pelo contrário, ele é um grande aliado do aprimoramento dos serviços públicos”.

A técnica do Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor), Fátima Lemos, pondera que a energia tem como particularidade ser monopólio natural. E complementa: “São serviços públicos essenciais, ligados à dignidade humana, e têm que ser prestados de forma contínua, adequada e universal, independentemente de renda e a todas as regiões do País. A regulação deve convergir com o CDC.” A advogada Flávia Lefèvre Guimarães, consultora da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) e membro do Conselho Consultivo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) representando o consumidor, destaca que “toda lei ou normas das agências têm que estar de acordo com os preceitos do código”.

Prêmio à ineficiência

Uma das distorções da Resolução 456 foi mantida na nova proposta da Aneel. “Mesmo que a pessoa não esteja presente, a concessionária, em caso de suspeita de fraude, fica autorizada a retirar o relógio de medição e não é obrigada a avisar com antecedência”, confirma Lefèvre. Na sua concepção, deveria se garantir o direito de defesa ao usuário antes de suspender o serviço. Para Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do Seesp, as sugestões de retirada do medidor e cobrança de conta pelo consumo mínimo ou médio estimado depois de 30 dias são absurdas. Como está, constata, a fórmula premia a ineficiência de distribuidoras na fiscalização e repassa esse custo aos cidadãos. Ao encontro dessa ideia, o procurador da República em São Paulo, que responde pela defesa do consumidor, Alexandre Gravonski, afirma que tais empresas acabam por “não se preocupar em inspecionar irregularidades a tempo de impedir sua continuidade, porque vão cobrar retroativamente por três anos”. Para a consultora da

Proteste, a nova proposta deveria limitar esse prazo em no máximo 24 meses e, mesmo assim, se a prestadora de serviços puder comprovar a fraude. Gravonski conclui que a Aneel, sob a alegação de diminuir irregularidades e a inadimplência e aumentar a receita, está estimulando o corte e nivelando por baixo os consumidores. Segundo o Procon-SP, “as concessionárias de energia são responsáveis pela instalação e manutenção do medidor e, portanto, devem assumir esse ônus com base na teoria dos riscos”. Para Lemos, tais equívocos invertem a lógica do CDC. “A boa-fé tem que balizar a relação entre as partes e a finalidade social da energia não está colocada na proposta de resolução.”

No texto em discussão, há ainda falhas, diz Gravonski, como a ausência de definição de mecanismos que obriguem a concessionária a prestar informações por escrito ao consumidor. Por exemplo, caso seja acusado de fraude ou efetuada cobrança indevida, o usuário deveria tomar conhecimento do seu direito de “pedir perícia”. Outro erro é tentar elevar a multa por atraso de 2% para 5%, quando, conforme Lemos, há entendimento legal de que o patamar atual é suficiente. Marcos Pó, assessor técnico do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), aponta ainda entre os problemas constantes da proposta a exigência de pagamento de taxa de religação mesmo que o consumidor apresente a conta paga no momento do corte e que se configure falha da distribuidora. Na avaliação do Seesp, a cobrança proposta sem a contraprestação do serviço público nesse caso e no de retirada de medidores é ilegal.

Entre os abusos cometidos – agravados após as privatizações no setor nos anos 90 e não considerados na reforma da Resolução 456 –, Pó salienta a ação na periferia quando do corte ou fiscalização de possível irregularidade. “A empresa age de maneira intimidatória, chega a quebrar a entrada do registro para averiguar se há fraude e por vezes já vai com a polícia. Às vezes o consumidor não tem problema de pagamento e mesmo assim a religação demora.”

A despeito de o procedimento de suspensão do fornecimento por falta de pagamento ser considerado legal, para Lemos deveria ser a última medida e não a única, como ocorre atualmente. Hoje, conforme acrescenta Lefèvre, a postura da concessionária é unilateral. “A pessoa não consegue se enquadrar nos planos de parcelamento apresentados e acaba sendo jogada numa situação de irregularidade. Isso tinha que estar contemplado na norma.” Sem contar que, para o sindicato, o corte sem prévio aviso em separado e de forma inadequada, como acontece hoje, não é correto. O Seesp condena ainda que a agência aponte em sua proposta que, se o usuário não receber sua fatura de energia, caberá a ele conseguir obtê-la, sob pena de multa.

CRESCER BRASIL

Duas grandes questões colocadas em pauta no seminário “A Grande Teresina – Gestão e desenvolvimento urbano”, realizado em 19 de maio na capital piauiense pela FNE e pelo Senge Piauí, devem também ser a primeira missão do Conselho Tecnológico Regional que foi empossado na ocasião. “Faremos um documento com orientações ao poder municipal. O sindicato, juntamente com a federação, luta pelo piso, pela ocupação de cargos técnicos por profissionais habilitados, mas também por desenvolvimento. Vamos levar à frente esse projeto”, afirmou o pre-sidente do Senge Piauí, Antonio Florentino Souza Filho, ao abrir o evento em Teresina. “Temos que fazer com que os recursos sejam dirigidos às áreas prioritárias. O Conselho Tecnológico fará com que o Cresce Brasil caminhe junto com as questões da sociedade”, reforçou o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Tal esforço será baseado também no diag-nós-tico feito pelo professor da Universidade Federal do Piauí, Carlos Gomes Correia Lima, que cha-mou a atenção para os graves proble-mas de sane-a-mento ambiental enfrentados pe-los mais de 1 mi-lhão de habitantes dos 15 municípios que com-põem a Grande Tere-sina. Com relação aos resíduos sólidos, ele lembrou a neces-sidade de se ampliarem a coleta seletiva e a recicla-gem, inclusive para aumentar a vida útil dos aterros sanitários. Outra questão a afligir os moradores de Teresina é a neces-sida-de de drena-gem urbana para impedir as en-chentes. “Faltam galerias pluviais e sumi-douros para diminuir a car-ga sobre as zonas mais baixas”, propôs. Embora o abastecimento de água potável já chegue a 95% da população, apenas 20% tem coleta e tratamento de esgoto.

A situação, segundo a diretora técnica da Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí), Maria do Socorro Sales, não é tão grave, levando-se em conta que há mais 62% de cobertura por fossas sépticas. “Somando, temos cerca de 80% de esgotamento sanitário, o que não seria tão pouco.” Ainda conforme ela, há boas pers-pectivas de melhoria com o projeto de sanea-mento do Rio Parnaíba, conseqüente-mente, do Poty, que envolverá 20 cidades e terá recursos do PAC (Programa de Acelera-ção do Cres-cimento) da ordem de R\$ 230 milhões até 2010 (veja quadro com os proje-tos para o Piauí) . Os planos da Agespisa, informou a diretora, incluem também a cons-trução de módulos sanitários nas pequenas cidades e a univer-salização do abastecimento de água, inclusive para a população rural.

Ir e vir

Também prementes para a população da Grande Teresina, o sistema viário e transporte urbano foram o tema do engenheiro Ricardo Barbosa de Freitas, diretor de Transporte e Sistema Viário da Strans (Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito). Com a frota local de 215.025 veículos e taxa de moto-rização de 0,21 veículos/habitantes, a capital já acusa as dificuldades de um sistema de transporte insuficiente e crescentes congestio-namentos. “Ainda é menor que a média brasileira, mas chama a atenção o aumento que compromete a capacidade das vias”, alertou. Para repensar o sistema viário, está em dis-cussão o Plano

Diretor de Transportes, que incluirá a análise dos empreendimentos que sejam geradores de tráfego.

Entre as medidas a serem tomadas, destacou a promoção de vias alternativas, a criação de um terminal rodoviário de carga e a expansão e recuperação da malha cicloviária. Ele apresentou também o projeto de ampliação da Ponte Juscelino Kubitschek, que cruza o Rio Poty e deve ganhar mais uma faixa. A necessidade de se multiplicarem interligações como essa, além de melhorar a existente, foi o ponto do professor da Universidade Federal do Piauí, Antonio Soares Neto. “Teresina é uma cidade entre rios. O Poty tem 25km na área urbana e apenas cinco pontos de passagem.”

O deputado federal Osmar Ribeiro de Almeida Júnior (PCdoB/PI) criticou o fato de o transporte público muitas vezes ficar sujeito aos limites de capacidade e disposição das concessionárias privadas. “Essa deve ser uma questão de Estado e precisa de investimento público”, defendeu. Na mesma linha, o secretário adjunto de Planejamento de Teresina, Augusto Basílio, credita a crise à inexistência de uma política nacional para o setor. “É preciso desonerar a tarifa.” Sem prioridade ao coletivo, lembrou ele, as pessoas aderem ao veículo individual, perpetuando o círculo vicioso.

PAC no Piauí

Uma exposição das obras previstas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para o Piauí integrou a programação do seminário que debateu os problemas da Grande Teresina. O panorama foi apresentado pelo vice-governador do Estado, Wilson Martins, e pelo coordenador técnico do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, Carlos Monte. Com projetos na área de logística e transporte, habitação, energia, saneamento e recursos hídricos, o Estado receberá até 2010

R\$ 6,6 bilhões. Em 2007, foram empenhados R\$ 131,5 milhões. A maior obra é a Ferrovia Transnordestina, que sai do cerrado, atravessa o semi-árido e faz a conexão aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), numa extensão total de 1.860km, que consumirá R\$ 4,5 bilhões. No trecho piauiense, entre Eliseu Martins e Tira-dentes, são 400km e R\$ 1,05 bilhão.

Investimentos 2007 – 2010	
Barragem de Piaus, Tabuleiros Litorâneos e Projetos de Irrigação de Goodelupe, Adutora Piaus e Adutora Bozano	R\$ 377.000.000,00
Barragem e Adutora Poço Marmá	R\$ 76.703.388,30
Programa de Revitalização do Rio Paraíba / Ações no Piauí	R\$ 63.475.592,12
Saneamento para todos	R\$ 30.877.281,01
Saneamento para todos	R\$ 195.629.085,00
Habitação	R\$ 142.008.000,00
Linhas de transmissão e hidroelétricas	R\$ 3.817.700.000,00
Energia – Luz para todos	R\$ 594.092.070,00
Construção e manutenção de rodovias	R\$ 169.621.964,00
Ferrovia Nova Transnordestina (Trecho Eliseu Martins / Trindade)	R\$ 1.050.000.000,00
Ampliação e reforma do Aeroporto de Paraiba	R\$ 98.500.000,00
Esgotamento sanitário, melhoria habitacional e abastecimento de água	R\$ 70.576.680,60
Total	R\$ 6.686.184.061,03

Fonte: Governo do Estado do Piauí

CRESCER BRASIL II

Organizado pela FNE e pelo Senge Mara-nhão, o seminário “O Cresce Brasil debatendo a Grande São Luís” aconteceu no dia 20 de maio e colocou em foco os empreendimentos previstos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a capital do Estado. A secretária das Cidades, Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável, Telma Pinheiro Ribeiro, apresentou Projeto Rio Anil, sob responsabilidade do governo estadual. Abrangendo 15 bairros que se localizam na margem esquerda do rio, atingirá 250 mil pessoas, beneficiando diretamente 13.500 famílias, que vivem na maioria em palafitas, sem água potável ou esgotamento sanitário. De acordo com Ribeiro, está prevista a construção de 3.500 apartamentos de 42m² e a reforma de 10 mil casas. Em ambos os casos, serão concedidos os documentos de posse dos imóveis. Além das moradias, o local, que fica próximo ao Centro Histórico de São Luís, mas se constitui no gueto mais violento do Estado, terá também obras de urbanização e equipamentos públicos, incluindo uma universidade de tecnologia.

Segundo ela, além dos R\$ 235 milhões que serão investidos até 2010 (R\$ 144 milhões pelo governo federal e R\$ 99 milhões pelo estadual), para que tenha sucesso, o PAC do Rio Anil conta com uma equipe multidisciplinar que se dedica às questões socioambientais e muita conversa com a comunidade. Paralelamente às obras de engenharia, que já foram iniciadas, há também o esforço para qualificar as pessoas e gerar renda, inclusive para que elas possam manter as casas que receberão. “Estamos aproveitando a mão-de-obra local, que já foi capacitada. Já geramos 200 empregos.” Outra estratégia foi licitar em lotes para que as empresas locais menores possam participar.

Obras de saneamento

Os investimentos no abastecimento de água e redes de esgoto nas áreas do Sá Viana, Vila Embratel e demais bairros do entorno do Lago do Bacanga compõem a segunda parte do PAC na capital maranhense e estão sob gestão da Prefeitura. Conforme explicou o secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos de São Luís, Carlos Rogério Santos Araújo, as obras são complementares ao programa de Recuperação Ambiental e Melhoria de Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga, estimado em US\$ 59,4 milhões, que deverão ser financiados pelo Banco Mundial. “Com alcance ambiental, econômico e social, o programa beneficiará cerca de 200 mil pessoas e prevê, além de obras de infraestrutura urbana e de saneamento, o fomento à geração de emprego e renda na área”, salientou.

As obras para o sistema de abastecimento de água realizadas com recursos do PAC estão orçadas em R\$ 33,2 milhões, dos quais R\$ 28,2 milhões são oriundos de repasses federais. Uma outra etapa do projeto prevê a implantação de esgotos sanitários com a construção de redes, coletores-tronco, interceptores e emissários para transporte dos efluentes domésticos para a Estação de Tratamento de Esgoto do Bacanga. Nessa, os recursos do PAC somam R\$ 64 milhões.

A exemplo do Projeto Rio Anil, o Bacanga também se pautou pelo atendimento à população carente. Assim, o local de intervenção se caracteriza pela concentração de pobreza com população na faixa de renda abaixo de dois salários mínimos.

Presente em ambos os projetos do PAC, a necessidade de investimentos em saneamento ambiental teve destaque na segunda etapa do evento. O presidente da Caema (Com-panhia de Água e Esgoto do Maranhão), Ru-bem Moreira de Brito, apresentou o progra-ma voltado à Ilha de São Luís – composta também pelos muni-cípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – que alcançará no total R\$ 500 milhões e pretende reverter a grave situação atual em 24 meses. Com apenas 40% de cobertura de esgoto e 10% de tratamento, o sistema existente foi classificado por Brito como insuficiente, fator de risco à saúde pública e responsável pela grande poluição da ilha, cuja população total é de 1,2 milhão de habitantes.

Metrópole em pauta

A geóloga e professora da Ufma (Univer-sida-de Federal do Maranhão), Ediléia Dutra Pereira, confirmou o diagnóstico negativo da situação atual e questionou a atuação da Caema, sobretudo no que diz respeito à quase inexis-tência de tratamento de esgoto, embora a co-brança seja feita.

Ela alertou também para a necessidade de se regrar o uso e ocupação do solo na ilha, contend-o o adensamento nas áreas ambiental-mente fragilizadas. Já João Alberto Mota, presidente do Sinduscon (Sindicato da Indústria da Cons-trução Civil), defendeu o crescimento do setor em São Luís, que, segundo ele, vem gerando muitos empregos e beneficiando a sociedade.

Integrou a programação a discussão sobre a metropolização de São Luís, ainda não consolidada, embora a região tenha sido criada em 1989, conforme lembrou o deputado estadual João Pavão Filho (PDT). Na sua opi-ni-ção, o atraso vem gerando prejuízos aos muni-cípios, que perdem investimentos e pecam pela falta de planejamento. Apontando o mau exem-ple da Região Metropolitana de São Paulo, que tem inúmeras mazelas urbanas, como a faveli-zação, o arquiteto Frederico Lago Burniett questionou a solução. “Seria melhor buscar estudos e planos setoriais para os municípios”, defendeu.

Transporte e malha viária foi o tema do con-sultor Marcelo Rodrigues. Apontando a necessida-de de a cidade se preparar para o crescimento, ele propôs o investimento numa rede de metrô de superfície. “As vias estão ficando inchadas e não adianta construir novas, é preciso criar um sistema de alta capacidade, alimentado pelo de ônibus.”

Conjuntura

Encerrando o evento, o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto fez uma análise da conjuntura nacional, destacando o papel dos engenheiros na luta pelo desenvolvimento e na busca de soluções para os problemas que foram tratados durante o seminário. Ele res-saltou a

importância do “Cresce Brasil” e as premissas que esse indica para a atual fase da expansão econômica: “O desafio é crescer com distribuição de renda, respeito à natureza, organização urbana e democracia.” Em sua explanação sobre o PAC e o projeto “Cresce Brasil”, o consultor da FNE, Carlos Monte, confirmou a perspectiva otimista, classificando como positivo o andamento dos projetos previstos no plano governamental.

Além das autoridades locais, prestigiaram o evento os presidentes da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, do Senge Maranhão, Agenor Teixeira Jaguar, e Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente licenciada do sindicato.

SINDICAL

TO

Palmas sediará a 2ª Mosarq

De 20 de junho a 5 de julho será realizada a 2ª Mosarq (Mostra de Arquitetura), na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo de Palmas, que se localiza em uma área verde na capital do Tocantins. Lá foi erguido o prédio financiado pelo consórcio que construiu a Usina Luis Eduardo Magalhães, como compensação pelos danos causados ao meio ambiente na cidade, premiado como exemplo de construção ecologicamente correta. Entre os temas já definidos estão “paisagismo ambiental” e “lavagem ecológica de roupas e persianas”. Ocorrerá ainda um desfile de moda e shows de danças, tudo cercado por árvores, um orquídeo, um café, um spa e uma capela – as obras construídas especialmente para o evento serão doadas ao município. Na ocasião, será lançada uma nova linha de artesanato tocan-tinense, desenvolvida pelo Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). A mostra tem o apoio do Seageto, da FNE, do Crea-TO (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Tocantins) e de outras entidades. A entrada é gratuita. Mais informações no site www.mosarq-to.com.br.

MA

Odinéa recebe apoio de entidades

“Forró com feijão” foi o tema do evento promovido no dia 3 de maio por nove entidades do Estado em apoio à candidatura de Maria Odinéa Ribeiro à presidência do Crea-MA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Maranhão), devido a sua trajetória de trabalho à frente do Senge-MA, desde 2006 até fevereiro último, quando se licenciou para disputar o pleito. A expectativa é que, eleita para o conselho, promova mudanças no sentido de democratizá-lo, permitindo maior participação dos profissionais, além de

aproximá-lo da sociedade, garantir os pisos salariais, fiscalizar os cargos nos níveis municipal, estadual e federal e capacitar os profissionais através de cursos, seminários, debates e palestras. Odineá reafirmou esse compromisso e garantiu que, se for eleita, o Crea participará dos principais fóruns de discussão das políticas públicas, tornando-o um conselho cidadão. Além disso, pretende aprimorar os serviços oferecidos aos profissionais abrangidos pelo Sistema e à população. As instituições estavam representadas por seus presidentes: Durval Ribeiro Alves (Associação de Engenheiros Agrônomo), Agenor Jaguar (Associação de Geólogos e do Senge), Nelson José Bello Cavalcanti (Clube de Engenharia), Deusdith Marques de Sousa (Associação dos Técnicos Agrícolas), Wennder Robert Rocha M. de Sousa (Sindicato dos Técnicos Agrícolas), Carlos Rogério Santos Araújo (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Seção-MA), Cleinaldo Castro Lopes (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público) e Hamilton Matos Cruz (Sindicato dos Fiscais da Agência Estadual de Defesa Agropecuária).

AC

Manifesto “Engenharia Unida”

No dia 5 de maio foi lançado o manifesto “Engenharia Unida” em apoio às candidaturas de Marcos Túlio de Melo, à presidência do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), de Amarildo Uchoa Píneiro, ao comando do Crea-AC (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Acre), e de João de Deus, à diretoria geral da Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, assinado por 15 entidades representativas dos profissionais da área tecnológica e de empresas de engenharia e da construção civil. Destacam-se, entre elas, a FNE, a Federação das Indústrias do Acre, o Senge, as associações dos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomo e florestais, sindicatos dos tecnólogos e dos técnicos agrícolas, entre outras da sociedade civil, como a Organização Não-governamental Engenheiros Solidários e o colegiado de professores de Engenharia Civil da Universidade Federal do Acre. Todos entendem que “chegou a hora de mudar e querem um Crea unido, mais atuante, conhecido e respeitado pela sociedade”, afirma o manifesto. O documento propõe ainda que, em parceria com entidades profissionais e patronais, os conselhos lutem por salários, qualificação e requalificação da mão-de-obra; que sua fiscalização seja profissionalizada e treinada para atuar em todas as áreas e modalidades; que interiorizem suas inspetorias e as dotem de estrutura adequada para fazer valer suas ações; que pacifiquem seu convívio entre a diretoria, conselheiros, funcionários, profissionais e empresas de engenharia. A eleição ao Sistema Confea/Creas ocorrerá no dia 4 de junho.

CE

Participação ativa no “Cresce Brasil”

O Senge-CE, por intermédio de sua presidente, Thereza Neumann Santos de Freitas, tem participado ativamente dos eventos “Cresce Brasil Região Metro-politana”, promovidos pelos sindicatos dos engenheiros de várias regiões do País, com apoio da FNE. Isso porque entende tratar-se de um momento ímpar de visibilidade das questões relacionadas ao Brasil, tendo sempre como foco a importância do pro-fissional da área tecnológica também no desenvolvimento regional. “A troca de experiência entre profissionais, gestores públicos, políticos e representantes da sociedade traz resultados importantes, principalmente para nossas categorias profissionais, quando vem sendo ressaltada a impossibilidade de qualquer processo de desenvolvimento sem a participação da ciência e tecnologia”, afirma ela. Por isso, informou que pretende difundir tais conceitos a todos os associados do Senge, por meio de palestras técnicas.

PA

Certeza de impunidade impede crescimento sustentável

Antônio Noé Farias Barros, diretor do Senge e de Relações Institucionais da FNE, criticou a violência praticada em 20 de maio por indígenas da tribo Caiapós, no “Encontro Xingu Vivo para Sempre”, em Altamira, no Pará, contra o engenheiro Paulo Fernando Rezende, da Eletrobrás. Para ele, o episódio “ratifica a presunção de impunidade ou ausência do Estado em uma região”. Na sua opinião, fatos como esse “poderão inviabilizar melhores dias à população, se não forem iniciadas as obras para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Estado do Pará, com potência aproximada de 11 mil megawatts, que contribuirá para levar energia a vários projetos e ações de sustentabilidade na Amazônia”. Barros afirmou ainda que “os engenheiros repudiam todo tipo de violência, assim como a impunidade”.

ENTREVISTA

Elaborado pelo Fórum Nacional do Trabalho, espaço tripartite formado para discutir reforma sindical, “Diagnóstico das Relações do Trabalho no Brasil” apontava para o incremento significativo de entidades a partir dos anos 90, em particular devido à fragmentação de organizações já existentes. Pulverização que “trouxe consigo o enfraquecimento da representação de trabalhadores e de empregadores”, vaticinou o fórum. Disponível no site do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o documento baseia-se em levantamento feito entre junho e julho de 2005 pela Secretaria de Relações do Trabalho. O mapeamento

identificou a existência de 23.726 entidades registradas, sendo 23.077 sindicatos, 620 federações e 29 confederações. Além disso, outros 8.405 processos encontravam-se em tramitação no MTE. Segundo o diagnóstico, não obstante não sejam poucos os sindicatos legítimos e representativos, isso contrasta com a profusão de organizações observada em especial na década passada, conforme já citado, cenário que mostra a falta de critérios para sua criação e a necessidade de superar o atual modelo de estrutura sindical. Com o objetivo de enfrentar essa questão e apresentar regras claras ao registro de novas entidades, o Ministério publicou a Portaria nº 186, em 10 de abril último, que trata do tema. Nesta entrevista ao Engenheiro, o ex-sindicalista e atual secretário Nacional de Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros Neto, fala sobre a medida, que considera uma das mais importantes mudanças na legislação para a área dos últimos tempos. Sua perspectiva é de que repercuta positivamente sobre o movimento dos trabalhadores. “Quem passar por esse filtro serão sindicatos representativos”, garante.

Essa portaria vale para que situações?

Vale para a criação de novos sindicatos, federações e confederações e para a extensão de bases. Os processos de reconhecimento de entidades em andamento têm que se realizar à luz da portaria antiga, porque não podemos mudar a regra durante o jogo.

O que muda para o registro de entidades?

A Portaria 186 talvez seja uma das mudanças mais importantes da legislação sindical dos últimos 40 anos, porque torna mais objetivo o critério para criar sindicatos, não vai depender do julgamento do Ministério do Trabalho, acaba com o subjetivismo. Por exemplo, se um pedido de criação de sindicato é arquivado, a pessoa vai saber que o foi por falta de documentos, por não ter feito assembleia. Se for sobretudo, vai ser também por regras claras. Com isso, nós visamos acabar com o sindicalismo de carimbo e sem representatividade. Para receber a certidão também tem critérios bastante objetivos, vamos acabar, portanto, com a indústria de impugnação, em que um sindicato, ao pedi-la, às vezes bloqueia a ação de outro representante e esse fica parado administrativamente ou recorre à Justiça e tal processo pode demorar dez anos. Só que quem fez a impugnação a fez de forma genérica. Isso não vai ser mais possível. Agora só vamos aceitar as que forem concretas.

Isso melhora a situação para a organização sindical? Qual o reflexo?

Quem passar por esse filtro serão sindicatos representativos. Nós criamos também a figura da autocomposição, no caso de haver conflito entre bases, quando por exemplo uma entidade é instituída desmembrando-se de outra e invadindo concretamente sua área de atuação. As partes são obrigadas a iniciar um processo de autocomposição, que hoje é adotada pela Justiça em todos os seus níveis, é uma coisa moderna. Havendo um conflito intersindical nós não vamos interferir, mas obrigaremos as partes a negociarem e se compor. Se não houver

entendimento, as partes irão à Justiça. E por último, na criação das federações e confederações, vamos aplicar o que diz a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Ou seja, poderá haver mais de uma federação por categoria, como já existe hoje no Brasil, desde que uma não invada a área da outra. Com isso, mantém-se a unicidade, mas está se arejando as cúpulas sindicais, então é muito importante essa medida da nossa portaria. É claro que temos que ter muito critério para evitar a criação dessas entidades sem nenhuma representatividade.

A unicidade está mantida em todos os casos?

Em todos os casos a unicidade está mantida, só pode ser criado um sindicato por categoria no município.

O senhor afirma que essa portaria traz uma das principais mudanças na legislação sindical dos últimos tempos, porque acaba com a subjetividade. Como era o critério antes e o que é alterado especificamente?

O que muda é que se dizia que a legislação à criação de entidades, por exemplo, era aplicada no que coubesse para as federações, ou seja, dependia da interpretação do Ministério. Todas essas interpretações dúbias nós tiramos e para sobrestar as coisas são muito claras, para arquivar não se cometem arbitrariedades. Acabaram-se as análises subjetivas, tudo o que for feito tem que ser objetivamente, senão o sindicato pode recorrer à Justiça e ganhar facilmente uma liminar contra a interferência do Ministério do Trabalho. A portaria leva em conta os parâmetros da unicidade e liberdade e autonomia sindical, que constam da nossa Constituição. Outro aspecto é que há uma desburocratização, você pode entregar documentos no Estado, em Brasília, a Internet é altamente utilizada, as exigências de publicações diminuíram, agora limitadas ao Diário Oficial e a jornal de grande circulação local.

C&T

Buscando estimular o desenvolvimento de projetos de microeletrônica no País e a criação de uma indústria nacional no ramo, foi inaugurado no dia 28 de abril, em Porto Alegre, o primeiro Centro de Treinamento para Projetistas de Circuito Integrado do Brasil. Fruto de uma parceria entre a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e o MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), a unidade pretende formar capacitação local altamente qualificada e de padrão mundial. Instalado no NSCAD Microeletrônica (Núcleo de Suporte a Ferramentas de Apoio a

Projetos de Sistemas Integrados), dentro do Instituto de Informática da UFRGS, o centro fará apenas projetos, uma etapa anterior à fabricação.

Considerado o coração de todo equipamento eletrônico, é no CI (Circuito Integrado) que está a funcionalidade. Flávio Rech Wagner, diretor do Instituto de Informática da UFRGS, explica que num telefone celular, por exemplo, o CI está numa pastilha preta de poucos milímetros (feita de material semicondutor) que executará todas as funções do aparelho, como mostrar a agenda, fotografar, tocar uma música e até mesmo falar. Composto de bilhões de transistores (todos em escala nanométrica), reúne múltiplas funções analógicas e digitais. Conhecido popularmente como chip, está presente em vários equipamentos de informática, eletrônica, telecomunicações, entre outros.

Como forma de inserir o País nessa área e garantir a competitividade com a Ásia, Europa e Estados Unidos, líderes no ramo, o Governo pretende formar mais de mil projetistas em quatro anos e prevê também inaugurar ainda em 2008 um novo centro, em Campinas, no Estado de São Paulo, e outros dois em 2009.

Avanço

Para o consultor Marco Aurélio Cabral Pinto, autor da nota técnica sobre ciência e tecnologia do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela FNE, a iniciativa é importante por se tratar de um amplo esforço na formação de competências, hoje muito demandadas pela indústria de bens de consumo durável. Segundo ele, há convergências entre o que foi proposto pelo “Cresce Brasil” e o que vem sendo implantado pelo MCT. “O manifesto foi uma das inúmeras vezes que indicou a prioridade no desenvolvimento não só da tecnologia digital, como da biotecnologia, entre outras.”

Apostando que o Brasil se tornará uma referência em projetos de circuitos integrados, Wagner acredita que a formação contínua poderá contribuir para o progresso da área. “O ideal seria que, no futuro, esse conhecimento passasse a ser ministrado regularmente em cursos de graduação, assim o aluno já sairia para o mercado com essa formação e com tantos profissionais preparados deixaríamos de importar esse tipo de mão-de-obra.”

Atrair empresas internacionais é outra meta do centro. Na opinião de Cabral Pinto, existe consistente possibilidade de que isso aconteça: “O esforço que está sendo feito na capacitação de projetos em microeletrônica precede a atração de uma grande fundidora internacional para o País. Trata-se de preparar as bases de um mercado interno.”

A iniciativa faz parte das ações de Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação previstas no PAC da C,T&I (Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional para o período 2007-2010) e do Programa CI-Brasil, integrante do PNM Design (Programa Nacional de Microeletrônica), do MCT, que investiu cerca de R\$ 1 milhão na preparação do laboratório e na compra de equipamentos.

O curso

Direcionado aos profissionais das áreas de engenharia, o curso teve início no dia da inauguração. Dividido em duas etapas, terá duração de quatro meses na primeira e conta com 70 alunos que terão formação básica de projetos. “Os profissionais que finalizarem esse ciclo poderão aplicar o aprendizado nas DH (Design Houses – unidades independentes de projeto de circuitos integrados) que estão sendo instaladas em todo Brasil, através também do programa CI-Brasil”, mencionou Wagner.

Em agosto, serão selecionados 36 deles para a segunda fase, que durará oito meses. Nela, os profissionais deverão projetar um sistema real e comercial que possa ser utilizado em alguma tecnologia, como num aparelho celular ou iPod. Em ambas as etapas, os alunos receberão uma bolsa mensal de R\$ 2 mil e serão treinados nas áreas de circuitos digitais e analógicos e radiofrequência.

O espaço físico do centro possui quatro laboratórios, cada um com 25 computadores, onde estão sendo realizadas as aulas práticas com o uso de softwares especiais. A parte teórica é ministrada em um auditório.

Ao final do curso, os participantes receberão um certificado com qualificação de nível internacional, expedido pela empresa norte-americana Cadence Design Systems (líder em software de automação de projetos de circuitos integrados EDA) que ministrou o curso com os profissionais da NSCAD, os quais devem realizar as novas edições no futuro.